

F E D E R A Ç ã O P O R T U G U E S A D E C A N O A G E M



REGULAMENTO DE TRANSFERÊNCIAS

Em vigor a partir de 14 de Fevereiro de 2015

A prática da canoagem, como modalidade de referência de Portugal, constitui um importante factor de desenvolvimento desportivo da sociedade, tal como reconhecido, entre outros, pela Lei de Bases do Sistema Desportivo.

Atendendo à sua especificidade e de modo a regular, dada essa especificidade, a transferência de atletas entre instituições, elabora-se o presente documento, de forma a definir situações específicas da modalidade.

O presente regulamento rege-se pela legislação aplicável.

Capítulo I – Definições

Artigo 1º - Definições

Para efeitos do presente Regulamento entende-se por:

1. Federação, a Federação Portuguesa de Canoagem;
2. Associações, as Associações Regionais/Distritais de Canoagem;
3. Agentes Desportivos, os Dirigentes, Delegados, Treinadores e Atletas;
4. Clubes, as Entidades que têm por objecto a divulgação e promoção da prática desportiva e a participação em competição.

Artigo 2º - Vínculos

1. A Federação reconhece as seguintes formas de vinculação de atletas aos Clubes:
 - a) Por contrato de trabalho de praticante desportivo.
 - b) Por contrato de formação desportiva.
 - c) Fora das situações previstas nas alíneas anteriores, por simples licença emitida pela Federação.

Capítulo II – Contratos de Trabalho de Praticante Desportivo

Artigo 3º - Contratos de Trabalho de Praticante Desportivo

1. Os Contratos de Trabalho Desportivo serão celebrados nos termos do Regime Jurídico do Contrato de Trabalho do Praticante Desportivo e do Contrato de Formação Desportiva, ficando sujeitos ao registo e depósito na Federação.
2. O contrato de trabalho desportivo celebrado entre Clube e Atleta é válido desde que tenha a duração mínima de 1 época desportiva e máxima de 8 épocas.
3. Excepcionalmente, o contrato de trabalho desportivo celebrado entre Clube e Treinador pode ter validade inferior a 1 época desde que o início da respectiva vigência ocorra já no decurso da época desportiva, terminando nesses casos, no final da época em curso.

Artigo 4º - Contrato de Formação Desportiva

1. Os Contratos de Formação Desportiva serão celebrados nos termos do Regime Jurídico do Contrato de Trabalho do Praticante Desportivo e do Contrato de Formação Desportiva, ficando sujeitos ao registo e depósito na Federação, a quem compete a sua fiscalização.
2. Os contratos de formação desportiva celebrados entre Clubes e Atletas são válidos quando reúnam, cumulativamente, as seguintes condições:
 - a) Tenham a duração mínima de 1 época desportiva e máxima de 4 épocas;
 - b) Sejam reduzidos a escrito e feitos em triplicado, sendo um dos exemplares para o Clube, o segundo para o Atleta e/ou seu representante legal, e o terceiro para a Federação.
 - c) Os Atletas tenham idade compreendida entre 14 e 18 anos.

Artigo 5º - Obrigação de Redução das Obrigações a Contrato

Os Clubes que acordem no pagamento de qualquer verba aos Atletas ou Treinadores ficam obrigados a com eles celebrar, por escrito, um contrato de trabalho ou de formação desportiva.

Artigo 6º - Falta de Cumprimento das Obrigações dos Clubes

Os Clubes que não cumpram as obrigações estabelecidas nos contratos celebrados com os Atletas e Treinadores, serão sancionados com a proibição de inscrição de novos Atletas e Treinadores vinculados por contrato, pelo período que durar a situação de incumprimento.

Artigo 7º - Carácter de confidencialidade do contrato

1. A Federação obriga-se a adoptar medidas que garantam o sigilo dos contratos e/ou acordos celebrados.
2. Ao Clube ou ao Atleta assiste o direito de proceder ao depósito do contrato de trabalho desportivo em envelope lacrado, indicando para o efeito no verso do envelope a identificação dos outorgantes e o prazo de validade do contrato.
3. A Federação obriga-se a manter o envelope lacrado até que uma das partes o denuncie.

Artigo 8º - Denúncia do contrato, tramitação processual

1. Qualquer das partes que proceda à denúncia dos contratos deverá notificar a Federação instruindo processo para o efeito com os documentos de prova e indicação de testemunhas caso se pretenda a produção de prova testemunhal.
2. Após conhecimento da denúncia, a Federação procederá, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, à notificação da outra parte.
3. Caso a parte denunciada não recorra para o Conselho de Disciplina no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de notificação, a Federação considerará de imediato válida a denúncia, produzindo efeitos a partir dessa data.

4. Caso a parte denunciada recorra dentro do prazo estipulado, cabe ao Conselho de Disciplina pronunciar-se, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, após recolha dos elementos tidos como necessários.
5. Das decisões do Conselho de Disciplina cabe recurso para o Conselho de Justiça no prazo de 10 (dez) dias úteis.
6. O Conselho de Justiça, após recolha dos elementos tidos como necessários, deverá pronunciar-se no prazo de 10 (dez) dias úteis.
7. A decisão do Conselho de Justiça é definitiva.

Capitulo III – Transferência de Atletas

Artigo 9º - Transferência

Transferência é o ato pelo qual um Atleta, ligado a um Clube por algum dos vínculos previstos no presente regulamento, se transfere para outro Clube.

Artigo 10º - Período das Transferências

1. As transferências poderão ser realizadas durante o período que decorre de 1 de Janeiro e 31 de Agosto.

Artigo 11º - Documentação

1. Para além de outros documentos que se mostrem necessários, sempre que tal seja aplicável ao caso concreto, o pedido de transferência de um Atleta deverá ser acompanhado de um Acordo de transferência entre os Clubes.
2. No caso de Atletas com contrato de trabalho de praticante desportivo, ou de formação, em vigor, o pedido de transferência deverá ser acompanhado por um contrato de cedência ou por comprovativo da rescisão do contrato e da interposição da competente acção judicial.
3. Compete à Federação Portuguesa de Canoagem a apreciação e o deferimento dos pedidos de transferência de Atletas, que pretendam transferir-se para outro clube.

Artigo 12º - Transferência de Atletas Provenientes do Estrangeiro

O pedido de transferência de Atletas provenientes de clubes estrangeiros, que tenham participado em competições internacionais numa das últimas duas épocas desportivas, pelo seu país de origem, deverá ser acompanhado do respectivo certificado internacional, emitido pela Federação competente.

Artigo 13º - Transferência de Atletas Nacionais para Seleções Nacionais Estrangeiras

1. A emissão por parte da Federação Portuguesa de Canoagem, de autorização e emissão de certificado internacional, para atletas nacionais que tenham representado Portugal em provas internacionais, está sujeita às seguintes condições:

a) Pedido formal por parte do(a) atleta interessado, dirigido ao Presidente da FPC, evocando razões objectivas que sustentem a sua intenção e indicando qual federação / país que pretende representar.

b) A transferência estará sujeita ao pagamento à FPC de uma taxa de transferência, que salvguarde o investimento que a FPC e o país tiveram com o(a) atleta.

c) O montante a pagar será calculado de acordo com os seguintes parâmetros:

i) Pagamento de 1500€ (mil euros) por cada competição internacional que o(a) atleta tenha participado, custeada pela FPC, nas últimas 5 épocas desportivas.

ii) No caso de atletas que tenham estado integrados no projeto de preparação olímpica, o valor correspondente à soma da totalidade da bolsa de preparação que o atleta recebeu durante todos os anos em que esteve integrado no Projeto Olímpico, acrescida de 50% do valor que o COP disponibilizou à FPC para a sua preparação.

iii) No caso de atletas que tenham estado integrados na residência universitária, um valor de 400€ por cada mês de integração.

d) Caso o(a) atleta reúna cumulativamente mais que uma das condições constantes das alíneas i), ii) e iii), o valor final será calculado pela soma dos valores das mesmas.

e) Pedido formal por parte da federação / país para onde o(a) atleta se pretende transferir, onde assume a responsabilidade de pagar a respectiva taxa de transferência.

f) A decisão final caberá sempre à direcção da FPC, atendendo e agindo sempre na salvaguarda dos interesses da modalidade e do país.

Artigo 14º - Transferências de Atletas Vinculados por Contrato de Trabalho de Praticante Desportivo ou de Formação

1. A transferência de Atletas que estejam vinculados a um Clube por contrato de trabalho ou de formação, durante a sua vigência, fica sujeito ao prévio acordo do Clube, ou ao cumprimento das condições constantes das cláusulas de rescisão e/ou de transferência que constem dos respectivos títulos contratuais.

2. O acordo de transferência de Atletas entre dois clubes, deverá ser celebrado por documento escrito, assinado por ambas as partes.

a) Do acordo deverão constar todas as condições negociadas entre os Clubes e as respectivas formas e prazos de cumprimento.

b) O Clube que não cumprir as condições constantes do acordo de transferência, ficará impedido de utilizar o atleta e de proceder a novas inscrições ou revalidações de atletas com contrato de trabalho ou de formação, até ao respectivo cumprimento, competindo à Direcção da Federação a análise dos conflitos entre Clubes nesta matéria.

Artigo 15º - Transferência de Atletas não Vinculados por Contrato

1. A transferência de atletas não vinculados por contrato de trabalho ou formação, poderá ocorrer no final de cada época desportiva.

2. No caso de atletas que tenham integrado as equipas nacionais (cadetes, juniores ou seniores), ou tenham sido campeões nacionais em disciplinas e distâncias olímpicas, numa

das duas últimas épocas desportiva, a transferência carece de autorização e acordo do clube a que está vinculado.

3. Na eventualidade dos Clubes não chegarem a acordo, quanto aos termos e condições da transferência de um atleta que reúna uma das condições referidas na alínea anterior, este poderá sempre transferir-se para outro clube, mediante o pagamento ao clube em que se encontra inscrito ou por depósito na Federação, de um cheque passado a favor do clube originário, pelo Clube para onde se pretende transferir, de uma verba equivalente a 1 salário mínimo, por cada ano de licenciamento pelo clube de origem, até um máximo de 5 salários mínimos.

4. Na falta de acordo entre os Clubes envolvidos na transferência, nas situações previstas no número 2, o praticante desportivo tem a faculdade de, em vez de aceitar a transferência, poder inscrever-se, na Federação, a título individual.

5. Na hipótese considerada no número anterior, o praticante desportivo terá de permanecer na situação de inscrito individual por um período mínimo de 12 meses.

6. Se, no período de 12 meses referido no número anterior, o praticante desportivo for inscrito por um clube, este ficará obrigado ao pagamento da indemnização prevista no número 3 deste artigo.

7. No ato de inscrição do praticante desportivo, deverá o Clube de destino comprovar, perante a Federação, o pagamento da indemnização prevista no número anterior.

8. No caso de transferência de Atletas com idade inferior a 15 anos, não há lugar a quaisquer contrapartidas.

9. Na eventualidade de mais que um Clube ter contribuído para a formação desportiva do Atleta não vinculado por contrato, a compensação pecuniária devida pela transferência será repartida proporcionalmente pelos respectivos Clubes tendo em conta o período de permanência em cada um deles.

Artigo 16º - Formalidades

1. Compete ao Clube para onde o Atleta se transfere, a apresentação do pedido de transferência.

2. A revalidação da licença de qualquer Atleta por um novo clube apenas poderá ser efectuada após o deferimento da transferência.

3. A Federação emitirá um impresso para o requerimento do deferimento da transferência, o qual deverá ser obrigatoriamente assinado pelo Atleta e pelo Clube para onde se transfira.

a) Caso o Clube a que o Atleta se encontre vinculado não assine o impresso do pedido de transferência, este deverá ser acompanhado da verba compensatória prevista no presente regulamento, a menos que o Atleta esteja em condições de se transferir livremente.

b) Os Clubes envolvidos na transferência, em caso de acordo, deverão celebrar um documento de transferência, assinado pelos representantes dos Clubes, onde se indiquem as condições da transferência.

4. A transferência de Atletas depende sempre do seu consentimento expresso, ou, sendo menores de idade, dos representantes (pais ou tutores).

a) O consentimento é expresso pela assinatura da ficha de inscrição/revalidação.

Artigo 17º - Desvinculação de Atletas Vinculados a um Clube por Contrato

1. Para efeitos de desvinculação, os Atletas vinculados por contrato de trabalho ou de formação a um Clube, poderão requerer:

- a) A sua desvinculação do Clube com o qual têm contrato válido, em caso de terem justa causa para a rescisão do contrato, a partir da interposição da acção judicial respectiva, em que requeiram a rescisão do respectivo contrato.
 - b) A sua desvinculação do Clube com o qual têm contrato válido, mediante o pagamento da indemnização prevista no contrato ao Clube.
 - c) A sua transferência livre para outro Clube, no fim do prazo do respectivo contrato;
2. Em caso algum a Federação ou as Associações poderão ser responsabilizadas pelo resultado da acção judicial interposta pelo Atleta contra o Clube, por incumprimento do contrato.

Capítulo III – Clube Formador

Artigo 18º - Clube Formador

1. Consideram-se clubes formadores aqueles que garantam um ambiente de trabalho e os meios humanos e técnicos adequados à formação desportiva na área da Canoagem.
2. A obtenção do estatuto de Clube Formador é requisito indispensável para a celebração de contratos de formação desportiva.

Artigo 19º - Requisitos

O estatuto de Clube Formador apenas será concedido aos Clubes que disponham de condições técnicas e desportivas adequadas para a prática desportiva, nomeadamente as seguintes:

- a) Instalações Desportivas devidamente reconhecidas e/ou homologadas pela Federação, segundo critérios a publicar separadamente.
- b) Ter um treinador possuidor de TPTD (Grau II).
- c) Prática desportiva regular para os atletas e participação em 75% das provas Nacionais e Regionais direccionadas às categorias inferiores a juniores, das especialidades em que o clube participe.
- d) Material desportivo em quantidade e qualidade adequada à prática desportiva.
- e) Corpo Médico que acompanhe a atividade desportiva dos atletas.

Artigo 20º - Concessão do Estatuto de Clube Formador

1. Compete à Direção da Federação, a requerimento dos Clubes interessados, a concessão do estatuto de Clube Formador.
2. O requerimento para a concessão do estatuto de Clube Formador deverá ser dirigido à Direção da Federação, devendo conter a descrição e o comprovativo da posse dos elementos referidos nas alíneas do artigo anterior.
4. A Direção da Federação nomeará uma Comissão composta por quatro elementos, a quem competirá emitir um parecer consultivo quanto à concessão do estatuto do Clube Formador.
5. Desta Comissão fará parte, um membro da direcção da FPC, um elemento da associação regional a que o clube geograficamente pertence, e um representante dos atletas com assento na assembleia geral.

CONTRATO DE FORMAÇÃO DESPORTIVA

(Aplicável apenas a atletas tenham idade compreendida entre 14 e 18 anos / artigo 4º do Regulamento de Transferências)

Entre 1º Outorgante – (Clube/) de ora em diante Formador):

Denominação: _____

Com sede em: _____

Representado/a por: _____

Na qualidade de. _____

e

2º Outorgante – (daqui em diante denominado Formando):

Nome completo do/a atleta: _____

filho/a de _____ e de _____,

natural de _____, de nacionalidade _____,

nascido/a em ____ de ____ de _____, titular do _____ (documento

de identificação) nº _____, válido até _____, emitido por _____, residente

em _____.

é celebrado o presente contrato de formação desportiva, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

1. O Clube Formador compromete-se a executar a formação desportiva do(a) Formando(a), integrado nos seus escalões de formação, dispondo, para o efeito, dos meios humanos e técnicos necessários à ministração da formação desportiva adequada ao desenvolvimento humano, técnico e desportivo do(a) Formando/a,
2. O(A) Formando(a) obriga-se a, com assiduidade e pontualidade, a realizar as tarefas de formação com zelo e diligência, observando as instruções dos técnicos encarregados da sua formação e participando nas competições e eventos, do escalão etário correspondente à sua idade, para que for convocado,
3. O (A) Clube Formador compromete-se a pagar ao Formando, a quantia de _____, a título de retribuição, acrescida dos subsídios ou apoios que sejam pontualmente fixados (cortar quando não se aplicar).

4. O presente contrato tem início em ____ de _____ de dois mil e ____
(extenso) e termo em ____ de _____ de dois mil e ____ (extenso).

(duração mínima de 1 época e máxima de 4 épocas desportivas)

5. O Clube Formador obriga-se a efetuar anualmente o exame médico do Formando, de acordo com a legislação em vigor e certificar-se que este reúne todas as condições necessárias para a frequência da formação e a prática da canoagem,

6. Os casos e situações omissos no presente contrato regem-se pelo Regime Jurídico do Contrato de Trabalho do Praticante Desportivo e do Contrato de Formação Desportiva e pela Lei em vigor.

7. Para dirimir os conflitos entre si emergentes, as partes acordam em submeter a respetiva solução ao Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem.

_____, _____ de _____ de 20____

Assinaturas dos representantes do Clube Formador

Assinatura do/a Formando/a:

DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL (PAI, MÃE OU TUTOR) NO CASO DO FORMANDO SER MENOR DE IDADE

Autorizo o/a menor _____,
supra signatário, a outorgar o presente contrato de formação. Autorizo ainda que o/a
mesmo/a seja submetido/a a controlos de dopagem em competição e fora de competição, nos
termos da Lei Antidopagem do Desporto em vigor.

(Representante legal – Assinatura reconhecida nos termos da lei)

Nota: O contrato é celebrado em triplicado. Os três exemplares são assinados pelo representante do/a Clube Formador, pelo/a Formando/a e pelo seu Representante Legal, quando aquele/a for menor. Dos três exemplares, um fica na posse do/a Clube Formador, outro na posse do/a Formando/a ou do seu Representante Legal e o outro é enviado para a FPC em envelope lacrado, indicando para o efeito no verso do envelope a identificação dos outorgantes e o prazo de validade do contrato (artigo 7º do regulamento de transferências da FPC).

MINUTA

_____, ____ de _____ de _____
(Localidade, dia, mês e ano civil)

Excelentíssimo Senhor Presidente da
Federação Portuguesa de Canoagem

_____(nome do clube requerente),

NIF nº _____, situado _____

(endereço completo), vem por meio solicitar a Vossa Excelência a concessão do estatuto de Clube Formador, nos termos dos artigos, 18º, 19º e 20º , do Regulamento de Transferências, da Federação Portuguesa de Canoagem.

De acordo com as alíneas a) e d), do artigo 19º, do regulamento de transferências, requeremos a verificação das condições materiais existentes e a homologação das nossas instalações desportivas.

Listagem de documentos a anexar:

- ☐ Planta das instalações desportivas.
- ☐ Treinador possuidor da Cédula de Treinador Desportivo de Grau II
(anexar cópia da cédula do treinador responsável)
- ☐ Material desportivo em quantidade e qualidade adequada à prática desportiva
(anexar listagem de material desportivo existente)
- ☐ Corpo médico que acompanhe a atividade desportiva dos atletas
(anexar declaração do médico responsável pelo acompanhamento dos atletas)

P. Deferimento

(Assinatura e carimbo do representante legal da entidade)

MINUTA

_____, ____ de _____ de _____
(Localidade, dia, mês e ano cívil)

Excelentíssimo Senhor Presidente da
Federação Portuguesa de Canoagem

_____(nome do clube requerente),
NIF nº _____, situado _____
(endereço completo), vem nos termos do artigo 16º, do regulamento geral de
transferências da Federação Portuguesa de Canoagem, solicitar a Vossa
Excelência a transferência para o nosso clube, do atleta
_____(nome completo),
licença federativa nº _____, que se encontrava vinculado na
época desportiva anterior ao clube _____(nome
do clube de onde preovem o atleta).

Indicar a situação a que se reporta o pedido de transferência:

- ☐ Atleta abrangido por contrato de formação desportiva / contrato de trabalho de praticante desportivo.
- ☐ Atleta que tenha integrado as equipas nacionais (cadetes, juniores ou seniores) numa das últimas épocas desportivas.
- ☐ Atletas que tenham sido campeões nacionais, em disciplinas e distâncias olímpicas, numa das duas últimas épocas desportivas.

Listagem de documentos a anexar:

- No caso de existir acordo entre os clubes envolvidos na transferência – Acordo de transferência, assinado pelos representantes dos dois clubes, onde se indiquem as condições da transferência.
- No caso de não existir acordo entre os clubes envolvidos na transferência – Comprovativo de pagamento da verba compensatória, prevista no regulamento de transferências da FPC.

P. Deferimento

(Assinatura e carimbo do representante legal do clube)

(Assinatura do atleta ou do seu representante legal)